

Introdução

Para responder por que a Sociologia da Ciência Econômica, mais do que uma sociologia do conhecimento de uma área especializada, é e deve ser um ramo constitutivo da Sociologia Econômica poder-se-ia fazer recurso à tipologia dos fenômenos socioeconômicos que Max Weber apresenta em *A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais*. De acordo com essa classificação, seriam fenômenos socioeconômicos: (1) os eventos ou instituições propriamente econômicos; (2) os fenômenos não econômicos economicamente relevantes,

[...] que não nos interessam, ao menos primordialmente, do ângulo do seu significado econômico e em nome dele, mas que em determinadas circunstâncias podem adquirir um significado econômico sob esse ponto de vista, dado que deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica (Weber, 2006, p. 31);

e (3) os fenômenos não econômicos, cujos efeitos econômicos não oferecem interesse, mas que são, em maior ou menor medida, condicionados por fenômenos econômicos. A Ciência Econômica poderia ser estudada, de acordo com essa classificação, como um fenômeno não econômico com efeitos sobre

a economia, ou seja, economicamente relevantes, e é a demonstrar como esses efeitos da teoria ocorrem e quais as suas consequências que será dedicada parte significativa da produção contemporânea da Sociologia da Ciência Econômica.

Duas foram as formas tradicionais da Sociologia Econômica clássica de lidar com os fenômenos econômicos como fenômenos sociais: ou bem ela procurava complementar as análises feitas pela Ciência Econômica sem desqualificá-las – casos de Vilfredo Pareto e de Max Weber –, ou bem travava embates com a Ciência Econômica, nos quais disputava os métodos de observação e os pressupostos a partir dos quais se estruturavam as leis anunciadas pela Economia. Forma de proceder, por exemplo, de Auguste Comte, Karl Marx, Émile Durkheim e do grupo que, ao entorno de Durkheim, animou, no início do século XX, a revista *Année Sociologique*¹ (Heilbron, 2001; Steiner, 2005, 2006, 2009).

A dita “Nova Sociologia Econômica”² – área de estudos que se constituiu a partir dos anos 1980 com a proposta de reinserir os estudos dos fenômenos socioeconômicos em uma Sociologia que haveria deixado de os enxergar como parte constituinte e constitu-

1 Composto, entre outros, por Marcel Mauss, François Simiand e Maurice Halbwachs.

2 Para um breve panorama dos estudos da Nova Sociologia Econômica, ver as duas edições do *Handbook of Economic Sociology* (Smelser e Swedberg [orgs.], 1994 e 2005) e o *Traité de Sociologie Économique* (Steiner e Vatin [orgs.], 2009).

tiva de seus domínios temáticos – anuncia ser essencial em sua missão transpassar a crítica da Teoria Econômica e oferecer novas formas de abordar os fenômenos econômicos³. Seus autores tomaram os consumos, os dinheiros, as firmas e os mercados como tópicos privilegiados de estudo e procuraram demonstrar que esses objetos não poderiam ser estudados desvinculadamente da vida social, isto é, como fenômenos estritamente econômicos, tal qual consideravam ser a forma de proceder da corrente então majoritária da Teoria Econômica, a neoclássica (Swedberg, 2004; Abramovay, 2004; Granovetter, 2007).

Um grupo menor de autores da Nova Sociologia Econômica dedicou-se à tarefa de fazer uma sociologia da própria Ciência Econômica. Sociologia esta que funciona antes como uma reflexão crítica do fazer científico em Economia do que como uma crítica propriamente metodológica aos pressupostos e/ou ao alcance do instrumental desenvolvido pela Economia. Por diferentes caminhos, esses autores logram mostrar que a Ciência Econômica poderia ser tomada como um fato social no sentido durkheimiano, ou seja, como uma maneira de agir, pensar e sentir, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior (Durkheim, 2007, p. 13). Além de sustentar que esse fato social ou fenômeno, certamente não econômico, seria economicamente relevante e teria largos efeitos sobre a economia.

Com o objetivo de expor as razões oferecidas por esses autores para que a Sociologia da Ciência Econômica ocupe um lugar de destaque na Nova Sociologia Econômica, este artigo procurará apresentar alguns dos autores, das questões, dos conceitos e das

divergências entre as principais vertentes da Sociologia Econômica que se ocupam da temática da produção e da reprodução do conhecimento científico na área de Economia, bem como dos efeitos desta sobre a realidade.

Para tornar os debates existentes nessa área de estudos mais visíveis, será adotada uma divisão em duas principais correntes da produção da Sociologia do Conhecimento Econômico contemporânea: aquela que têm sua inspiração cardeal nos escritos de Michel Callon e aquela cuja influência principal é a obra de Pierre Bourdieu. Essa classificação⁴ certamente arbitrária tem por função ressaltar as diferenças entre esses dois grupos que, em contraposição a outros, talvez pareçam e sejam muito semelhantes, uma vez que são de origem francesa, estabelecem trocas teóricas, citam uns aos outros, participam dos mesmos compêndios e resgatam questões sociológicas e autores semelhantes.

O que neste balanço bibliográfico pretende-se sustentar é que cada uma dessas vertentes tem um foco diferente e uma forma distinta de investigar as relações entre Ciência Econômica e Economia. Diferença que pode ser antecipada em linhas gerais pela suposição de que às questões propostas pelos autores situados ao redor de Callon: **Os economistas fazem os mercados?** (*Do economists make markets?*) (Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007) **Como?** Acrescentariam os bourdieusianos a seguinte pergunta: **Mas, afinal, quem são esses economistas e qual a origem de seus poderes?**

Herdeiros dos clássicos

A nova Sociologia do Conhecimento Econômico faz-se herdeira de numerosas re-

3 Isso não quer dizer que seus antecessores não tivessem desenvolvido estudos nos quais a economia fosse estudada completamente imersa no social, como é o caso, por exemplo, do *Ensaio sobre a dádiva* (Maus, 2003).

4 Philippe Steiner (2005) utiliza essa divisão em sua obra *L'École durkheimienne et L'Économie*.

flexões da Sociologia clássica, com destaque para aquelas da escola durkheimiana sobre a constituição de sistemas simbólicos (Steiner, 2005) e para as weberianas acerca do processo de racionalização, das formas de dominação e do controle técnico do mundo.

A Sociologia do Conhecimento, tal qual esboçada por Durkheim, busca distinguir as categorias pelas quais pensam os membros de determinada sociedade. As representações, postula ele, são formas coletivas de pensamento que possuem eficácia sobre as ações individuais porque moldam a maneira como os agentes percebem a realidade e, conseqüentemente, o modo como agem nela. Se a criação de tais categorias em sua forma elementar era vinculada ao domínio religioso – que estabelecia os símbolos, demarcava o que era sagrado e o que era profano e separava a atividade cotidiana material da transcendência festiva –, progressivamente, o que Durkheim observa é um declínio da religião e uma ascensão da ciência como espaço de formação das representações fundamentais⁵ (Durkheim, 1996; Bourdieu, 2007, p. 8; Steiner, 2005, p. 171).

A Sociologia da Ciência Econômica investiga tanto como são formadas as representações econômicas no interior do espaço relativamente autônomo da ciência quanto o efeito sobre as ações sociais da difusão dessas crenças. Bem como Durkheim, os autores

contemporâneos da Sociologia do Conhecimento Econômico estão atentos para o poder criador de realidade das ideias, das representações, dos discursos e das crenças e interessam-se pelo papel destas na fundação da ordem social. Frédéric Lebaron (2000, p. 7 – *tradução minha*), nessa direção, argumenta que “a crença econômica se tornou a forma dominante de crença coletiva no seio das sociedades modernas a ponto de aparecer como um substituto laico da fé religiosa” e afirma que ela deveria ser objeto de reflexão de uma sociologia crítica encarregada de conhecer os fundamentos da ordem social⁶.

Os discípulos de Durkheim também tiveram importante influência sobre os escritos contemporâneos. A vertente calloniana opta por vincular as representações sociais aos dispositivos materiais e redes sociais⁷ que atuam na criação de realidade, ou, como dirão, na performance (Callon e Muniesa, 2009). Nesse ponto aproximam-se de Marcel Mauss e Henri Hubert, cujo estudo da magia vincula as representações mágicas genealogicamente tanto à ciência quanto às técnicas e se ocupa do papel dos instrumentos e procedimentos utilizados para garantir a eficácia da magia⁸ (Hubert e Mauss, 2003, p. 174-177).

Outra parte da produção contemporânea em Sociologia do Conhecimento Econômico, aquela de inspiração bourdieusiana,

5 “As classificações primitivas não constituem, portanto, singularidades excepcionais sem analogia com aquelas que estão em uso entre os povos mais cultivados; ao contrário, parecem ligar-se, sem solução de continuidade, às primeiras classificações científicas” (Durkheim e Mauss, 1981, p. 450).

6 A noção de crença, tal qual utilizada pela escola, não comporta um julgamento a propósito da veracidade daquilo que é objeto de representação. Uma crença é tão somente uma forma de representação partilhada por uma sociedade.

7 Para breve retrospectiva dos desenvolvimentos da teoria do ator-rede, perspectiva na qual Michel Callon e Bruno Latour desenvolvem seus trabalhos, ver Latour (2008).

8 “A magia é uma arte de dispor, de preparar misturas, fermentações e manjares [...] essa cozinha química ou farmácia, não tem somente por objeto tornar utilizáveis as coisas mágicas, ela serve para dar-lhes a forma ritual, que é parte, e não a menor, de sua eficácia” (Hubert e Mauss, 2003, p. 90).

ainda que largamente tributária da obra de Émile Durkheim, dela diverge no que concerne à forma como são fabricadas as representações. As crenças, nessa vertente, não são criadas por um ser social abstrato e difundidas para o todo. Elas são gestadas por agentes e instituições particulares, desigualmente dotados de recursos de poder, que competem em espaços estruturados: os campos de produção simbólica (Bourdieu, 2007, p. 7-16). A Sociologia da Ciência Econômica que se enraíza nessa tradição procura, portanto, conhecer as instituições e os agentes envolvidos na produção das representações econômicas – com destaque para a escola e para os escolados.

Se Bourdieu, bem como Durkheim, toma a escola como espaço privilegiado de reprodução das crenças e da ordem social, diferentemente dele, não enxerga escola como um veículo moral neutro de “conservação de uma cultura herdada do passado” e de transmissão de conhecimentos entre gerações, mas como um espaço de embates entre diferentes visões de mundo. Um meio de criação e reprodução de crenças e um local central nas lutas para a legitimação de hierarquias sociais (Bourdieu, 2005). Nesse ponto, é possível encontrar aproximações entre Bourdieu e Weber.

A legitimidade é, de acordo com Weber, elemento central da dominação e a crença na legitimidade de determinada forma de exercício do poder é a fonte de sua estabilidade. Nas sociedades modernas em vias de racionalização, a dominação racional-legal haveria tomado o lugar das formas tradicionais e carismáticas de dominação⁹, configurando, em sua forma mais pura, a organização bu-

rocrática. Essa forma de dominação, baseada no conhecimento técnico-especializado, constitui-se como a mais racional porque nela “se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude da precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade” (Weber, 2004a, p. 145).

Graças à crença na sua racionalidade e superioridade técnica, a organização burocrática avança por toda parte, especialmente pelas sociedades capitalistas nas quais há uma pressão por eficiência (idem, 2004b, p. 212). O funcionário típico dessa estrutura de dominação, o burocrata, é escolhido com base em sua qualificação profissional (idem, 2008). É precisamente a qualificação específica que confere legitimidade aos burocratas, porque é ela que faz com que a atuação deles seja percebida como racional e tecnicamente adequada. O domínio político por eles exercido, conseqüentemente, aparece à sociedade como natural e legítimo pois racional (idem, 2004a, p. 143-147).

O treinamento em Economia é uma das modalidades de qualificação profissional e de legitimação burocrática mais típicas da moderna forma de dominação. As competências econômicas adquirem progressiva importância na gestão dos Estados a partir do século XIX e se tornam particularmente valorizadas após a crise de 1929, com a aceleração das intervenções públicas na economia (Elias, 2006; Lebaron, 2000, 2003; Hall, 1989; Montecinos e Markoff, 1994, p. 7). Cada vez mais, os postos burocráticos são ocupados por especialistas em Economia: egressos de escolas de economia, que possuem a certificação das competências técnicas e do treinamento necessário para tomar decisões

⁹ Weber (2008, p. 128) define o poder como “a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social” e a dominação como um caso especial do poder no qual há uma “probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato”.

cientificamente orientadas – e, portanto, tidas como racionais e legítimas – no que concerne à condução da vida material.

No tocante à crença partilhada na qualificação dos economistas para ocupar os postos de decisão, novamente uma aproximação com Mauss e Hubert é possível. Em seu ensaio sobre a magia, os autores desenham os mágicos como uma quase categoria profissional primitiva e afirmam ser o mágico “qualificado com frequência pela sociedade mágica da qual faz parte e, sempre, pela sociedade em geral” (Hubert e Mauss, 2003, p. 124). O mágico, continuam,

[...] era designado pela sociedade, ou iniciado por um grupo restrito, ao qual esta delegou seu poder de criar mágicos. Ele tem naturalmente o espírito de sua função, a gravidade de um magistrado; é sério porque é levado a sério, e é levado a sério porque se tem necessidade dele. Assim, a crença do mágico e a do público não são duas coisas diferentes; a primeira é o reflexo da segunda, já que a simulação do mágico só é possível em razão da credulidade pública. É essa crença, que o mágico partilha com todos os seus, que faz que nem sua própria prestidigitação, nem seus experimentos frustrados o façam duvidar da magia (idem, ibidem, p. 131).

Como os mágicos, os economistas são qualificados tanto pelas sociedades nas quais são treinados – não em magia mas em ciência –, como pela sociedade como um todo, que reconhece *a priori* seus poderes, e segue confiando na Ciência Econômica e nos especialistas nela treinados, mesmo nos momentos em que esses falham em suas previsões ou tomam decisões pouco acertadas. Dos temas da formação dos especialistas e da legitimação de sua dominação ocupam-se frequentemente os estudos de orientação bourdieusiana. Os callonianos, por sua vez, voltam-se principalmente à investigação dos instrumentos e técnicas (estatística, contabilidade, dispositivos financeiros eletrônicos, técnicas de cálculo etc.) utilizados por esses

especialistas em sua busca pela racionalização das atividades econômicas.

Feitas essas breves considerações acerca das origens clássicas de algumas das principais questões que animam as reflexões dos autores da Sociologia contemporânea da Ciência Econômica é possível passar à tarefa de apresentar, de forma mais sistemática, algumas das contribuições recentes de maior impacto nessa subárea da Sociologia Econômica.

Michel Callon: a noção de performatividade e as redes sociotécnicas

As raízes da Nova Sociologia da Ciência Econômica devem ser buscadas nas considerações oriundas da linguística sobre o caráter performativo da linguagem (Callon, 1998; Bourdieu, 1996b). A noção de performatividade foi consagrada nas conferências proferidas por John Austin nos anos 1950. Nelas, o autor procurava sustentar que as afirmações proferidas pelos sujeitos não eram apenas descrições ou anúncios daquilo que fariam, mas que uma frase pronunciada em uma circunstância apropriada poderia ela mesma representar uma ação. Para designar essas frases ativas, o autor cunhou a noção de enunciados performativos (Austin, 1970, p. 41-42). Os filósofos da linguagem reunidos ao redor de Austin afirmavam, ademais, que algo poderia tornar-se objetivamente real pelo simples fato de ser apresentado como real (Hacking, 2001, p. 41-42). Quer dizer, o que é tido como real poderia ter sido socialmente construído como real ao ser anunciado como real.

As correntes construtivistas da Sociologia da Ciência, de modo análogo, defendem que as descobertas científicas não constatarem o que é dado e inevitável, objetivamente real. Aquilo que percebem como existente é fruto de um processo social histórico, portanto contingente. São construções sociais que devem

ser situadas em um tempo/espaço preciso no qual se tornam e são percebidas como reais (Hacking, 2001). No caso da Ciência Econômica, não são apenas debatidos os efeitos das frases produzidas pela Teoria Econômica ou a construção social dos fatos econômicos observados pela Economia, mas a própria criação das noções – entendidas inescapáveis no mundo moderno – de economia e de racionalidade econômica sob as quais é construída essa ciência (Douglas e Ney, 1998)¹⁰.

A introdução ao livro *The laws of markets*, “The embeddedness of economic market in economics” é um texto programático, no qual Michel Callon propõe que se faça um estudo desse caráter performativo da Ciência Econômica. Nela, o autor faz notar que existe em língua inglesa uma diferença entre os termos *Economics* (a Ciência Econômica) e *economy* (a economia como atividade prática)¹¹, e sustenta que a Ciência Econômica não se limita a representar a economia, ou seja, a descobrir suas leis; ao contrário, ela também performa, molda e formata a economia com

seus enunciados (Callon, 1998, p. 1-2), o que, por sua vez, influencia na forma como os sujeitos atuam e, conseqüentemente, no resultado concreto de suas ações¹². Isso responderia à primeira questão formulada na introdução: **Os economistas fazem os mercados?** Sim, eles são os criadores de teorias que verbalizadas agem sobre a realidade.

Mas, dizem Callon e Muniesa, não são apenas os enunciados científicos que agem. Eles sustentam que, no caso da Economia, à noção de performatividade emprestada da linguística, que se concentra nos “dizeres”, deveria ser acrescentada uma dimensão material interessada nas “práticas”. Com isso, procuram responder à segunda questão formulada: **Como eles fazem os mercados?** De acordo com esses autores, “a aparelhagem material constitui frequentemente um veículo de performatividade tão eficaz quanto a convicção retórica” (Callon e Muniesa, 2009, p. 299 – *tradução minha*) e a atividade experimental tão importante quanto a performance¹³ teórica. Motivo pelo qual reivindicam que mais do que uma Sociologia

10 A racionalidade econômica do *homo economicus*, subjacente à ação econômica, é um pressuposto adotado pela maioria dos modelos de análise e interpretação da economia pela Ciência Econômica. Esse modelo de racionalidade economicamente orientada transborda o estudo da economia e é convertido em um microcosmo a partir do qual da descrição passa-se à prescrição de padrões comportamentais, que devem ser coerentes com os representados por essa teoria do funcionamento da mente humana (Douglas e Ney, 1998, p. 33). Nesse caso, os efeitos da performatividade da teoria econômica ultrapassariam o domínio dos fenômenos econômicos, tornando-se perceptíveis em outras esferas da vida social.

11 Por falta de semelhante distinção em língua portuguesa, neste artigo são utilizadas as palavras Ciência Econômica ou Economia com as iniciais em letra maiúscula quando nos referimos à *Economics* e economia em letra minúscula para designar *economy*.

12 Ian Hacking (2001, p. 151), em *Entre science et réalité: la construction social de quoi?*, afirma que sobretudo nas Ciências Sociais é possível constatar um “efeito *looping*” que decorre do fato de que os objetos descritos por essas ciências têm consciência das descrições científicas e reagem à forma como são catalogados pelo conhecimento científico, refazendo a realidade a partir do que é enunciado. Essa reação recoloca para a ciência a tarefa analítica. A repetição desse ciclo coloca as Ciências Sociais em movimento. As reflexões de Hacking sobre os processos científicos aparecem tanto nos escritos de Callon sobre a produção e o efeito das representações científicas como nas considerações de Bourdieu sobre as estruturas dos espaços de produção científica (Callon apud Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007, p. 314; Bourdieu, 1996a, p. 154).

13 Esses autores preferem o termo performance à performatividade porque argumentam que performance insiste sobre o fato de que performar é uma atividade, um trabalho concreto (Callon e Muniesa, 2009, p. 296).

da Ciência Econômica, seja feita uma Antropologia das práticas científicas e das técnicas de análise econômica, de modo a elucidar como elas intervêm na constituição da realidade.

Callon procura mostrar que a Teoria Econômica desempenha um importante papel na formação dos cálculos¹⁴ subjacentes às ações econômicas. Esses cálculos, entretanto, não podem ser dissociados dos instrumentos e tecnologias de mensuração¹⁵. Essas ferramentas, argumenta, são mediadoras entre a ciência Economia e a economia (Callon, 1998, p. 28).

Orientados por essa perspectiva e com o intuito de verificar empiricamente se a Teoria Econômica agiria no sentido de performar a atividade econômica, Donald Mackenzie e Yuval Millo desenvolvem uma pesquisa sobre as transformações pelas quais o mercado financeiro passou com o surgimento dos derivativos. Eles escolhem um mercado altamente moderno e pioneiro, o comércio de opções The Chicago Board of Options Exchange (CBOE), e contam como esse mercado de opções haveria sido impulsionado por um conjunto de estudos teóricos desenvolvidos por Fischer Black, Myron Sholes e Robert Merton¹⁶ e pelo surgimento de um conjunto de dispositivos técnicos capazes de produzir e analisar dados sobre as transações financeiras.

Quando surgiram, contam os autores, as transações de opções eram consideradas

pura especulação, moralmente condenadas e legalmente combatidas. Eles procuram argumentar que a Teoria Econômica ortodoxa por trás do modelo Black, Scholes, Merton – festejado por sua elegância formal – teve importante papel na tarefa de reabilitar e legitimar esse tipo de transação contra aqueles que questionavam sua reputação, e colocar as opções no coração da economia de capitais (Mackenzie e Millo, 2003, p. 121). Os resultados obtidos pela aplicação desse modelo a realidades preexistentes, entretanto, não eram compatíveis com os previstos pelo modelo. Com o passar do tempo, o modelo foi sendo aperfeiçoado, mas não só a isso se deve o seu progressivo poder de previsão. Segundo os autores, a adoção e difusão do modelo como guia para as transações teria aumentado a chance de que suas previsões se tornassem autorrealizáveis. Os cálculos e os *softwares* feitos com base nesse modelo gravaram os preços que orientavam as ações dos agentes desses mercados, e tanto mais eram orientados por ele, mas os resultados eram adequados às previsões do modelo.

Nesse caso, como anunciado por Callon, a teoria não explicaria uma realidade preexistente, mas, auxiliada por modelos, dispositivos e técnicas ajudaria a modelar a realidade e o funcionamento da economia. Mackenzie e Millo insistem no caráter histórico desse

14 O autor procura desenvolver a noção de calculatividade. O cálculo não é expressão de uma competência individual dos agentes; ele é culturalmente ou socialmente constituído. Os agentes extraem de suas conexões sociais as informações que necessitam para calcular (Callon, 1998).

15 Chiapello e Desrosières (2006) chegam a falar em uma *tool based economy* para ressaltar a importância dos instrumentos de medida e quantificação. Eles argumentam, no entanto, que ainda que os economistas cada vez mais utilizem dados em suas análises, pouco sabem eles sobre o processo efetivo de produção das medidas que empregam e pouco valorizam o trabalho dos estatísticos e contadores. Os economistas agem como se os dados retratassem coisas que preexistissem ao esforço métrico, de sorte que poderiam abster-se de discutir a fabricação dos dados. Esse debate remete à controvérsia entre modelos realistas e construtivistas de ciência tal qual apresentada por Ian Hacking (2001).

16 Os estudos realizados por Black, Scholes e Merton, na década de 1970, permitiram que conquistassem, em 1997, o prêmio Nobel de Economia.

fenômeno, quer dizer, no fato de que as relações, as forças políticas, os desenvolvimentos tecnológicos e as transformações culturais condicionaram os eventos relatados. A performatividade, concluem, não ocorre no ar, ela deriva de um processo contínuo, conflituoso e socialmente enraizado.

Ainda que atentos para o cenário cultural e para os conflitos políticos no qual estão imersos os processos sociais relatados, esses autores ainda dedicam pouca atenção aos atores envolvidos, suas características e interesses. Esse não é o caso do artigo “La construction sociale d’un marché parfait: le marché aux cadrans de Fontaines-en-Sologne”, publicado por Marie France Garcia-Parpet em 1986, que, não obstante ser uma referência obrigatória para os estudos bourdieusianos na área de Sociologia Econômica, foi inspiração decisiva para os trabalhos sobre performatividade de Michel Callon (cf. Mackenzie, Muniesa e Siu, 2007, p. 7; Callon, 1998, p. 19-22).

O mercado perfeito de morangos: o ensaio que os dois grupos reivindicam

Em seu artigo sobre a construção social de um mercado perfeito, Marie France Garcia-Parpet (2003, p. 9), conta que surgiu, no começo dos anos 1980, na região de Fontaines-en-Sologne, um mercado de morangos que muito se aproximava do que era considerado pela Teoria Econômica um “mercado de concorrência perfeita”, ou seja, um mercado no qual as condições de atonicidade, homogeneidade, fluidez e transparência eram satisfeitas. Tal mercado contava com um dispositivo eletrônico de ponta, um painel operado por um computador que transmitia os preços do leilão sem que se estabelecesse contato entre compradores e vendedores.

À autora interessava reconstituir o processo social de criação desse mercado apresen-

tado como modelo de um “mercado de concorrência perfeita”. Seu estudo etnográfico revela que a concordância entre a prática ali observada e a descrição dos mercados fornecida pela Teoria Econômica *mainstream* não ocorreu naturalmente, ao contrário, foi fruto de um trabalhoso processo de construção social. Ela procura então explicitar quais vínculos sociais os agentes haviam nutrido, quais capitais mobilizaram e como havia sido o cotidiano do trabalho político que realizaram para viabilizar semelhante empreendimento.

Garcia-Parpet destaca as ações de “um conjunto de indivíduos interessados na existência deste mercado e dotados de competências específicas” (Garcia-Parpet, 2002, p. 200): alguns grandes produtores – modernizadores, escolarizados e que mantinham relações administrativas e de trocas de conhecimentos com o exterior – e um jovem assessor econômico que, na ocasião, foi designado para a Câmara Regional de Agricultura. Esse jovem assessor desperta a atenção de uma sociologia interessada nos efeitos da teoria sobre as práticas, uma vez que possuía um capital escolar elevado e que havia tido contato com a Ciência Econômica (neoclássica) na universidade. Essa o teria inspirado a ensaiar construir na realidade um mercado tal qual o predito pelas teorias que lhe haviam sido ensinadas.

Esse caso foi tomado como paradigmático no estudo do caráter performático da Teoria Econômica porque nele “se as práticas mais imediatas guardam uma correspondência estrita com aquelas que a Teoria Econômica prevê, é que a própria Teoria Econômica serviu de quadro de referências para a instituição de cada detalhe desse mercado computadorizado” (Garcia-Parpet, 2003, p. 31). Ou, como formula Michel Callon, a Teoria Econômica (*Economics*) teria funcionado como um enquadramento para a ação sobre a economia (*economy*).

Enquanto no caso relatado os callonianos enfatizam o caráter performático da Ciência Econômica e a existência de um dispositivo técnico (o painel eletrônico), que possibilitou a organização de mercado descrita, os bourdieusianos tendem a ressaltar que não foi a Ciência Econômica diretamente que performou a realidade. Eles reforçam a ideia de que o processo observado foi conduzido por um grupo de agentes munidos de trunfos específicos que entrou em contato com uma vertente da Teoria Econômica e que dela se apropriou para performar a realidade. Esses agentes, completam, não são abstratos: eles se situam em um ponto determinado do espaço social e em um lugar específico dentro do campo da Ciência Econômica.

Pierre Bourdieu: a Ciência Econômica como campo e o campo dos economistas

Na introdução, foi suposto que os autores de inspiração bourdieusiana tenderiam a concordar com os callonianos a respeito dos efeitos da Teoria Econômica sobre o mundo social, mas não se contentariam em saber como se concretiza a performance. Entender qual realidade será criada, defendem, supõe **conhecer a estrutura da produção simbólica, os produtores e o campo no qual se confrontam**, ou seja, fazer uma “ciência social da produção da ciência” (Bourdieu, 2003, p. 18).

Os autores da Sociologia da Ciência Econômica influenciados por Pierre Bourdieu, bem como aqueles influenciados por Michel Callon procuraram demonstrar que a Ciência Econômica produziria efeitos sobre o mundo social e que a eficácia da performatividade – por ele designada efeito de pré-visão ou efeito de teoria – dependeria de uma série de condições que estão para além

dos dizeres teóricos (Bourdieu, 1996b, p. 60). De acordo com o autor,

[...] a ciência está destinada a exercer um efeito de teoria, embora de uma forma bastante particular: ao manifestar por meio de um discurso coerente e empiricamente validado o que era até então ignorado, isto é, conforme os casos, implícito ou recalçado, a ciência transforma a representação do mundo social e, ao mesmo tempo, o próprio mundo social, ao viabilizar práticas ajustadas a essa representação transformada (idem, ibidem, p. 122-123).

Para o autor, portanto, as teorias podem adquirir um poder de construção social. Constatar isso, entretanto, não bastaria. A questão central é qual a fonte desse poder constitutivo. A eficácia dos enunciados performativos, afirma, não deve ser buscada nem na força imanente da linguagem nem na pessoa carismática de seu autor, mas “na dialética entre a linguagem autorizante e autorizada e as disposições do grupo capazes de autorizarem essa linguagem e de se verem assim autorizadas” (idem, ibidem, p. 119). Duas questões então se fazem prementes: **Qual é o grupo que tem essa autoridade e Qual é a fonte do seu poder?**

Bourdieu discute a autoridade do discurso científico imersa em seu espaço específico de produção simbólica: o campo científico. É no interior desse espaço que se pode investigar como se constituem os grupos autorizados e autorizantes e como a teoria é produzida, reproduzida e transformada pelos agentes e instituições no campo presentes.

O campo científico

Um campo é um espaço relativamente autônomo em relação aos poderes que o cercam. Isso significa dizer que as regras que o organizam são majoritariamente determinadas no interior do próprio campo. Essas regras definem quais são os capitais que atuam

como trunfos válidos no jogo que transcorre naquele campo e como se distribuirão os lucros advindos de tal jogo (Bourdieu, 2003, p. 27; 2007, p. 134). No campo científico, o principal trunfo atuante é o capital científico.

O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no conhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto dos pares-concorrentes no interior do campo científico (idem, 2003, p. 26).

E o prêmio pelo qual concorrem os jogadores é o monopólio da autoridade científica, da capacidade de falar e agir legitimamente em nome da ciência. A autoridade científica, diz o autor, é uma espécie particular de capital social que pode ser acumulada, transmitida e até mesmo reconvertida em outras formas de capital (Bourdieu, 1983, p. 130).

O campo, seja qual for, é também, necessariamente, um espaço de lutas no qual agentes dotados de recursos diferentes se confrontam para conservar ou transformar as relações de força em vigor e a forma do próprio campo (Bourdieu, 2000, p. 244; 2003, p. 22). Nessa luta, as partes engajadas mobilizam os capitais que, desigualmente distribuídos, dividem os agentes e instituições em dominantes e dominados. O campo científico não é uma exceção. Nele, as partes mais bem dotadas em capital científico definem como legítimo aquilo que eles próprios são, têm e fazem (idem, 1983, p. 128). As partes dominadas, em contrapartida, tentam subverter essas definições, mas, para tanto, devem lutar usando os mesmos trunfos reconhecidos como legítimos naquele determinado campo, jogando de acordo com as regras que foram criadas pelos dominantes.

O campo da Ciência Econômica

O surgimento de um campo relativamente autônomo é sempre um processo

histórico. Norber Elias (2006), em “Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”, retrata a origem da Ciência Econômica a partir da reconstituição histórica do conceito de economia. Segundo ele, o conceito de economia e os economistas nos são tão familiares que poderíamos supor existirem desde tempos imemoriais. No entanto, argumenta, a economia, tal qual a conhecemos, é uma ideia muito recente. Ela pertence a um estágio de desenvolvimento determinado e a uma estrutura de sociedade com códigos específicos.

De acordo com Elias, foi somente no início do século XIX que François Quesnay e seus discípulos (hoje conhecidos como “fisiocratas”) associaram os termos economia e ciência. Eles afirmam fazer uma ciência da economia e passam a ser chamados por seus contemporâneos de *économistes* (economistas). Os economistas progressivamente afirmavam serem os fenômenos econômicos dotados de uma autonomia relativa, que justificaria a existência de instrumentos, conceitos e teorias específicos para explicá-los e que, por sua vez, justificaria a própria existência da categoria dos especialistas em economia.

Esse espaço relativamente autônomo cuja origem Norbert Elias ensaia retratar pode ser retratado como um campo de produção simbólica na acepção bourdieusiana, ou seja, como um espaço no qual indivíduos, grupos e instituições estão em disputa para definir as regras da produção e do reconhecimento, para fazer de sua teoria a teoria dominante e, conseqüentemente, para angariar os lucros simbólicos provenientes do reconhecimento de sua produção.

Esse campo, entretanto, tem uma particularidade: ele já surgiu emaranhado na atividade de gestão pública e, não obstante sua reivindicação de autonomia, seu esforço para o estabelecimento de critérios científicos

ou mesmo para a validação matemática de suas afirmações, essa marca não desaparece (Lebaron, 2000). Essa heteronomia em relação ao campo do poder e a correlata normatividade de suas proposições talvez sejam alguns dos mais característicos traços do campo da Ciência Econômica.

Autonomia e heteronomia

De acordo com Bourdieu (1983, p. 127),

[...] num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência” etc.) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são os menos inclinados a reconhecê-lo sem discussão ou exame. De fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos.

Esse está longe de ser o caso do campo da Ciência Econômica, pois ainda que os economistas e as instituições econômicas se situem em um espaço social que possui características de um campo científico autônomo – linguagem própria e distante do senso comum, procedimentos de inclusão de novos membros, tradições intelectuais, critérios de avaliação, sistemas de gratificação, disciplinas estruturadas, normas éticas e técnicas, métodos, revistas etc. – eles estão sujeitos a

pressões sobre sua reputação e autoridade, e têm, ademais, o seu reconhecimento atribuído também por forças externas ao campo, notavelmente, a mídia¹⁷ e o Estado (Lebaron, 2000, p. 42-45)¹⁸.

Mais do que ter o reconhecimento atribuído por forças externas, o prestígio e poder dos economistas em muito provêm da função que a Ciência Econômica passou a desempenhar na retórica e na vida pública. Os especialistas em economia¹⁹ são progressivamente convocados para operar na realidade de acordo com os conhecimentos e técnicas que adquiriram nas instituições pelas quais foram titulados, que certificam suas competências para manejar a economia a partir dos postos que ocupam na burocracia de Estado. Ou seja, reconvertem sua autoridade científica em legitimidade para ocupar posições de grande influência e prestígio (Lebaron, 2000, p. 99).

Os economistas e as instituições de socialização dos economistas

Frédéric Lebaron, em seu livro *La croyance économique: les économistes entre science et politique*, dá sequência à tradição de estudos sobre as origens da legitimidade dos quadros no poder e, na linha das investigações de Bourdieu sobre a nobreza de Estado²⁰. O autor empenha-se justamente

17 A relação com a mídia e com os jornalistas especializados em economia é explorada por Christian de Montlibert (2007) e no número 131-132, de 2000, da revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, dedicado ao tema “Jornalismo e Economia”.

18 Um exemplo paradigmático que esse autor oferece da heteronomia do campo da Ciência Econômica é o fato de ser o seu o prêmio Nobel oferecido pelo Banco Real da Suécia (Lebaron, 2000, p. 246-257).

19 São considerados especialistas aqueles que possuem o título de ensino superior outorgado por uma autoridade coletivamente reconhecida – para exercer o monopólio legítimo da violência simbólica –, que atesta pública e oficialmente (Bourdieu, 1989).

20 Pierre Bourdieu (1989), em *La noblesse d'État*, estuda uma elite especialista que é, ao mesmo tempo, científica e política, à qual ele chama de “nobreza de escola” ou de “nobreza de Estado”.

em conhecer os poderes que os economistas adquirem e os princípios geradores das decisões que tomam quando em postos de poder. Para tanto, parte da hipótese de que as orientações político-econômicas que esses agentes adotam no campo do poder tendem a apresentar homologias com as posições que ocupam no interior do campo especializado da Ciência Econômica e que as posições nesse campo especializado – quer dizer, a tendência para adotar determinados discursos e teorias –, por sua vez, são influenciadas por suas características e disposições sociais (Lebaron, 2000, p. 71, 90, 110, 243; 2003, p. 130). Razão pela qual defende que conhecer suas tomadas de posição, tanto teóricas como práticas, e os efeitos dessas sobre seu entorno, é uma tarefa²¹ que demanda o conhecimento das mais diversas características sociais desses agentes – como sexo, idade, nacionalidade –, de suas trajetórias educacionais e profissionais, do sistema de disposições conformado e dos capitais acumulados nessas trajetórias.

Para uma detalhada compreensão das tomadas de posição, faz-se necessário também situar as instituições, associações e publicações pelas quais passaram os economistas, de modo a obter uma visão completa do espaço, dos vínculos, afinidades e distâncias das partes que o compõem. No processo de socialização relativamente longo vivido nessas instituições, formam-se redes de indivíduos que partilham crenças, visões de mundo, planos para transformação social, preferências políticas e culturais e hábitos em geral. Diferentes instituições conformariam grupos com visões e projetos distintos de intervenção econômica que se confrontariam para fazer viger suas crenças contra aquelas de seus oponentes, para fazer com que as

suas crenças sejam assumidas como indiscutíveis, de sorte que funcionem como balizas para a ação econômica.

Considerações gerais sobre os estudos bourdieusianos da Ciência Econômica

Ainda que Pierre Bourdieu tenha se dedicado principalmente à crítica da Ciência Econômica e ao desenvolvimento de investigações sociológicas sobre os fenômenos econômicos (Raud, 2007; Garcia-Parpet, 2006; Steiner, 2009; Bourdieu, 2000), sua obra e o sistema conceitual por ele desenvolvido servem de inspiração para o desenvolvimento de uma Sociologia reflexiva da própria Ciência Econômica e do campo dos economistas. Frédéric Lebaron (2000, 2003), Keith Dixon (2008), Christian de Montlibert (2007), Yves Dezalay e Bryant Garth (2002), foram alguns dos autores que, a partir dos trabalhos de Bourdieu, desenvolveram estudos de caso nos quais procuram averiguar como se organizam em diferentes lugares os campos de produção de Ciência Econômica e como esses eram relacionados ao campo do poder. No Brasil, essa vertente também resultou em reflexões sobre a formação e atuação dos economistas como as realizadas por Maria Rita Loureiro (1997), Frederico Neiburg (2004) e Afrânio Garcia (2005).

Conclusão

Ainda que breve, essa apresentação das principais correntes da Sociologia da Ciência Econômica contemporânea permite entrever que elas possuem raízes teóricas comuns e questões semelhantes que são analisadas por rotas divergentes. É um consenso entre os autores engajados nessa área de estudos que

21 Tarefa na qual emprega o método de análise de correspondências múltiplas.

a Ciência Econômica é economicamente relevante, uma vez que exerce efeitos sobre os fenômenos econômicos, orientando as decisões e as ações propriamente econômicas. A forma como essa influência da Ciência Econômica sobre a realidade é estudada por eles, entretanto, difere. Enquanto o grupo de autores predominantemente ligados a Pierre Bourdieu confere lugar central às relações entre a teoria, os teóricos e o poder e atenta para o “efeito de teoria” de uma ciência que

descreve e prescreve como devem ser conduzidas as atividades práticas; os autores mais próximos da orientação de Michel Callon não se interessam diretamente pelas características sociais dos especialistas em economia e pelas oposições e conflitos que esses travam na produção do conhecimento em Ciência Econômica. Em contrapartida, dedicam-se ao estudo das redes sociais e dos dispositivos pelos quais essa produção científica age performativamente.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2004). “Entre deus e o diabo: mercados e interação humana nas Ciências Sociais”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34.
- AUSTIN, John Langshaw (1970). *Quand dire, c'est faire: how to do things with words*. Trad. Gilles Lane. Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1983). “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. Paula Monteiro e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática.
- _____. (1989). *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- _____. (1996a). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1996b). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sergio Miceli, Mary Amazonas Leite de Barros, Afrânio Catani, Denice Bárbara Catani, Paula Montero e José Carlos Durand. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- _____. (2000). *Les structures sociales de l'Économie*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2005). *Economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli, Sílvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2007). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CALLON, Michel (1998). “Introduction: the embeddedness of economic markets in Economics”. In: CALLON, Michel (org.). *The Laws of the markets*. Oxford: Blackwell.
- CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian (2009). “La performativité des Sciences Économiques”. In: STEINER, Philippe; VATIN, François (orgs.). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CHIAPPELLO, Ève; DESROSIÈRES, Alain (2006). “La quantification de l'Économie et la recherche en Sciences Sociales: paradoxes, contradictions et omissions. Le cas exemplaire de la *positive accounting theory*”. In: EYMARD-DUVERNAY, François (org.). *L'Économie des conventions, méthodes et résultats*. Tome 1: Débats. Paris: La Découverte.

- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant (2002). *La mondialisation des guerres de palais: la restructuration du pouvoir d'État en Amérique Latine, entre notables du droit et "Chicago boys"*. Paris: Éditions du Seuil.
- DIXON, Keith (2008). *Les évangélistes du marché*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- DOUGLAS, Mary; NEY, Steven (1998). *Missing persons: a critique of Social Sciences*. Berkeley: University of California Press.
- DURKHEIM, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2007). *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel (1981). "Algumas formas primitivas de classificação". In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. Trad. Luis João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.
- ELIAS, Norbert (2006). *Escritos e ensaios, 1: Estado, processo, opinião pública*. Trad. Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos e João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- GARCIA, Afrânio (2005). "Circulation internationale et formation d'une 'école de pensée' latino-américaine (1945-2000)". *Social Science Information*, v. 44, n. 2-3, p. 521-555.
- GARCIA-PARPET, Marie France (2002). "Representações científicas e práticas mercantis camponesas". *Raízes*, v. 21, n. 2, p. 196-211.
- _____. (2003). "A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-Sologne". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, p. 5-44.
- _____. (2006). "A gênese social do homo economicus: a Argélia e a Sociologia da Economia em Pierre Bourdieu". *Mana*, v. 12, n. 2, p. 333-357.
- GRANOVETTER, Mark (2007). "Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão". *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1.
- HACKING, Ian (2001). *Entre science et réalité: la construction sociale de quoi?* Paris: Éditions de la Découverte.
- HALL, Peter A. (1989). *The political power of economic ideas*. New Jersey: Princeton University Press.
- HEILBRON, Johan (2001). "Economic Sociology in France". *European Societies*, v. 3, n. 1, p. 41-67.
- HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel (2003). "Esboço de uma teoria geral da magia". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify.
- LATOUR, Bruno (2008). *Reassembling the social: an introduction to actor network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LEBARON, Frédéric (2000). *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Le savant, le politique et la mondialisation*. Broissieux: Éditions du Croquant.
- LOUREIRO, Maria Rita (1997). *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- MACKENZIE, Donald; MILLO, Yuval (2003). "Constructing a market, performing a theory: the Historical Sociology of a financial derivatives exchange". *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 1, p. 107-145.
- MACKENZIE, Donald; MUNIESA, Fabian; SIU, Lucia (orgs.) (2007). *Do economists make markets: on the performativity of Economics*. Princeton: Princeton University Press.

- MAUSS, Marcel (2003). “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify.
- MONTECINOS, Venrónica; MARKOFF, John (1994). “El irresistible ascenso de los economistas”. *Desarrollo Económico*, v. 34, n. 133, p. 3-29.
- MONTLIBERT, Christian de (2007). *Les agents de l'Économie: patrons, banquiers, journalistes, consultants, élus, Rivaux et complices*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- NEIBURG, Frederico (2004). “Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina: notas para uma comparação das heterodoxias”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 177-202.
- RAUD, Cécile (2007). “Bourdieu e a Nova Sociologia Econômica”. *Tempo Social*, v. 19, n. 2, p. 203-229.
- SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (orgs.). (2005). *The Handbook of Economic Sociology* – Vol.1. 2. ed. Princeton: Princeton University Press.
- STEINER, Philippe (2005). *L'École durkheimienne et l'Économie: Sociologie, religion et connaissance*. Genève: Librairie Droz.
- _____. (2006). *A Sociologia Econômica*. Trad. Maria Helena C. V. Tyllinski. São Paulo: Atlas.
- _____. (2009). “A tradição francesa de crítica sociológica à Economia Política”. *Política e Sociedade*, v. 8, n.15, p. 13-45.
- STEINER, Philippe; VATIN, François (orgs.). (2009). *Traité de Sociologie Économique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SWEDBERG, Richard (2004). “Sociologia Econômica: hoje e amanhã”. *Tempo Social*, v. 16, n. 2, p. 7-34.
- WEBER, Max (2004a). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* – Vol. 1. Trad. Regis Barbosa, Karen Elsabe Barbosa e Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: Ed. UnB.
- _____. (2004b). *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva* – Vol. 2. 4. ed. Brasília: Ed. UnB.
- _____. (2006). *A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais*. Trad. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática.
- _____. (2008). “Os três tipos puros de dominação legítima”. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber: Sociologia*. Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7. ed. São Paulo: Ática.

Artigo recebido em 21/03/2012

Aprovado em 07/03/2013

Resumo

As Sociologias da Ciência Econômica

A Sociologia da Ciência Econômica é a área da Sociologia Econômica que se ocupa das relações entre o conhecimento científico em Economia e a Economia propriamente dita. É um ponto comum à produção dos principais autores dessa área de estudos que a Ciência Econômica exerce influência sobre os fenômenos econômicos. Eles divergem, entretanto, no que concerne à forma como essa influência ocorre. Este artigo tem por objetivo comparar suas contribuições e mostrar como, por caminhos diferentes, eles conseguem sustentar esse ponto comum. Para tanto, a produção teórica da Sociologia da Ciência Econômica será dividida em duas correntes. A primeira orientada principalmente pelos escritos de

Michel Callon sobre as práticas e instrumentos pelos quais a performatividade é materializada; a segunda majoritariamente inspirada na obra de Pierre Bourdieu e em seus questionamentos acerca da relação entre teoria, teóricos e poder.

Palavras-chave: Sociologia da Ciência Econômica; Performatividade; Michel Callon; Efeito de teoria; Pierre Bourdieu.

Abstract

The Sociologies of Economics

The Sociology of Economics is the field of studies in Economic Sociology that deals with the relations between scientific knowledge in Economics and the economy itself. The authors in this field commonly sustain that Economics has effects on economic phenomena. Nevertheless, they disagree on how this influence happens. This article intends to compare their main contributions and explain that by different ways they are able to prove their common point. In order to do so, in this article, the Sociology of Economics is divided into two theoretical fronts: the first focusing Michel Callon's assertion about the performativity of Economics; and the second mostly inspired by the work of Pierre Bourdieu and the questions he has developed on the subject of the relations between theory, theorists and power.

Keywords: Sociology of Economics; Performativity; Michel Callon; Effect of theory; Pierre Bourdieu.

Résumé

Les Sociologies de la Science Économique

La Sociologie de la Science Économique est un domaine de la Sociologie Économique responsable par les relations entre la connaissance scientifique en Économie et par l'Économie elle-même. Les principaux auteurs engagés dans cette discipline soutiennent que la Science Économique exerce une influence sur les phénomènes économiques. Ils divergent, néanmoins, quant à la forme par laquelle cette influence a lieu. Cet article a pour objectif de comparer leurs contributions et de démontrer de quelle façon, par des différents chemins, ils arrivent à soutenir cet argument commun. Pour cela, la production théorique de la Sociologie de la Science Économique sera divisée selon deux courants. Le premier fondé, principalement, sur les écrits de Michel Callon à propos des pratiques et des instruments par lesquels la performativité est matérialisée ; et le second inspiré principalement par l'œuvre de Pierre Bourdieu et ses questionnements sur les rapports entre théorie, théoriciens et pouvoir.

Mots-Clés: Sociologie de la Science Économique; Performativité; Michel Callon; Effets de théorie; Pierre Bourdieu.